

Processos de subjetivação da militância política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra

Processes of subjectivity in the political militancy of landless workers movement.

Procesos de subjetivación en la militancia política del movimiento de los trabajadores rurales sin tierra

Jáder Ferreira Leite

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Magda Dimenstein

Universidade Federal do Rio Grande do Norte / CNPQ, Natal, RN, Brasil

Resumo

A presente investigação teve por objetivo compor uma cartografia dos processos de subjetivação da militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tomando como um dos agentes de tal subjetivação o trabalho de formação política. Realizamos nossa cartografia a partir de dois recortes: o curso de Pedagogia da Terra (Rio Grande do Norte) e o X Encontro Regional de Educadores (as) do MST/Sertão (Pernambuco). Em ambos os contextos realizamos observações de campo e trabalhamos com o mesmo grupo de quatro participantes com quem realizamos entrevistas em profundidade. Identificamos que a dimensão coletiva trouxe consigo uma série de conflitos para os integrantes nela inseridos, mas também atingiu as sensibilidades, promovendo novos olhares sobre as diferenças culturais, regionais, pessoais, havendo uma valorização e uma luta para que fossem respeitadas. Com isso, abriu-se a possibilidade de criação e experimentação de modos de vida que resgatem o interesse pela vida pública, fortalecendo espaços de alteridade no âmbito da militância.

Palavras-Chave: Processos de subjetivação, Militância política, Formação política, MST

Abstract

The objective of the present investigation was to draw up a map of the processes of subjectivity in the Landless Rural Workers' Movement (MST), focusing on political education as one of the agents of this subjectivity. We completed the map from two sources: the course in Land Education (Rio Grande do Norte) and the 10th Regional Meeting of Educators of the MST/Sertão (Pernambuco). In both contexts we made field observations and worked with the same group of four participants with whom we did in depth interviews. We identified that the collective dimension brought with it a series of conflicts for members within it, but also piqued their sensibilities, promoting new ways of looking at cultural, regional, and personal differences, highlighting their value and the struggle for them to be respected. With this, the possibility of creating and experimenting with lifestyles, which bring forth the interest in public life, strengthening subaltern spaces in the realm of militancy, arises.

Keywords: Processes of subjectivity, Political militancy, Political education, MST.

Resumen

La presente investigación tuvo como objetivo componer una cartografía de los procesos de subjetivación de la militancia del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), tomando como uno de los agentes de tal subjetivación el trabajo de formación política. Realizamos nuestra cartografía a partir de de dos recortes: el curso de Pedagogia da Terra (Rio Grande do Norte) y el X Encontro Regional de Educadores (as) do MST/Sertão (Pernambuco). En ambos contextos realizamos observaciones de campo y trabajamos con el mismo grupo de cuatro participantes con quienes realizamos entrevistas en profundidad. Identificamos que la dimensión colectiva trajo consigo una serie de conflictos para los integrantes en ella inseridos, como también influenció las sensibilidades, promoviendo nueva miradas sobre las diferencias culturales, regionales, personales, resultando en una valorización y una lucha para que éstas fuesen respetadas. Con esto, se abrió la posibilidad de la creación y la experimentación de modos de vida que rescatan el interés por la vida pública, fortaleciendo espacios de alteridad en el ámbito de la militancia.

Palabras-claves: Procesos de subjetivación, Militancia política, Formación política, MST.

Introdução

Oriundo da luta pela terra no campo brasileiro no início da década de oitenta e, especialmente para denunciar e combater os efeitos do avanço do capital no meio rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) goza de relativa força política dada sua trajetória de lutas e conquistas.

O MST tornou-se alvo de inúmeras investigações dentro e fora do Brasil voltadas para o conhecimento e a análise de um conjunto de aspectos que o constituem, a saber: econômicos (Navarro, 1998, Graziano da Silva, 1994), políticos e sociológicos (Martins, 2000; Esmeraldo, 2004; Falkembach, 2006), culturais (Chaves, 2000; Gaiger, 1994) e psicossociais (Lacerda Júnior & Guzzo, 2006; Prado & Lara Júnior, 2003).

Percebemos como os aspectos de ordem cultural e psicossocial foram se ampliando e trazendo consigo destaque para temas pouco tratados no âmbito do movimento, tais como as relações de gênero, processos de subjetivação e a formação política de sua militância.

Assim sendo, a presente investigação pretendeu lançar um olhar para um aspecto do MST a nosso ver fundamental: o processo de formação política de sua militância, já que parte de suas conquistas e avanços dependerá do

engajamento e participação ativa de seus integrantes. Para tanto, partimos do pressuposto de que tal processo implica em produções subjetivas que incidirão sobre os integrantes do MST com vistas a uma identificação destes com os propósitos políticos e princípios organizativos do movimento.

Prado e Lara Júnior (2003) compreendem a militância a partir do envolvimento de inúmeras pessoas em causas que passam a ter interesses comuns, levando-as a uma disponibilidade de energia e de tempo, gerando uma participação contínua em movimentos e ações coletivas com vistas a enfrentar ou denunciar as intermitentes formas de opressão exercidas na atualidade.

Numa visão tradicional, o militante corresponde a um sujeito de princípios coletivistas, um “revolucionário burocrata, abnegado, totalmente dedicado à causa, disciplinado, que secundariza totalmente a vida pessoal” (Manfroi, 1997, p. 266). Ou ainda um indivíduo que, ancorado no mito da revolução, faz desta uma “imaculada verdade que só os operários e os eleitos do partido ou ‘grupelhos’ podem reconhecer: basta seguirem à risca o programa” (Rolnik, 1989, p.37).

Essa concepção cristalizada da militância é ainda bastante presente em

nosso imaginário e, inclusive no seio de movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, movimentos sindicais etc. Vinadé e Guareschi (2007), ao comentarem esse fenômeno, descrevem uma imagem quase 'arquetípica' do militante:

Quando falamos em militância, muito provavelmente o leitor formará a seguinte imagem em sua cabeça (ou algo que não fique muito longe disso): um homem, barbudo, jovem, sisudo, que só fala de política em todos os momentos da vida, que não relaxa, não tem vida social e familiar, de chinelo de dedos e sem muita preocupação com a estética (mesmo sem abrir mão de uma camiseta com a foto de Che Guevara) (p. 69).

Essa imagem da militância corresponde a um modo de atuação no interior dos movimentos sociais que nos reportam a uma lógica binária em que as metanarrativas ocupam um lugar privilegiado na orientação teórica desses movimentos e seus discursos e práticas se pautam por dualismos: ou se é de uma classe social ou de outra, ou se é contra ou a favor, ou se é 'alienado' ou 'consciente', ou se é de esquerda ou de direita. Questionamos se tais referenciais que norteiam a imagem tradicional da militância encontram acolhimento na cena das lutas contemporâneas, uma vez que a diversidade de formas de embate, a

infinidade de reivindicações que extrapolam a variável 'classe social', bem como o afrouxamento de um série de relações sociais (família, trabalho, partido político, pertença religiosa) já não permitem nos guiar unicamente por uma referência identitária que nos cola a determinadas estereotípias.

O modo de operação das forças capitalistas dominantes já não se dá mais exclusivamente em torno do que Hardt (2000) nomeia de um "conflito central, mas em uma rede flexível de microconflitualidades" (p. 371), suscitando formas de dominação variadas, híbridas e cambiantes, portanto um movimento em que o capitalismo contemporâneo cria e recria de modo incessante as formas de integração das infindáveis formas de resistência ao seu modelo de gestão da vida.

Assim sendo, concordamos com Vinadé e Guareschi (2007) para quem se torna impossível operar com uma concepção de militância que a tome como uma "unidade fixa" (p. 69). Se compreendermos que na atualidade os vetores de subjetivação agem de forma múltipla para os conjuntos sociais, não há como pensar que o fenômeno da militância não possa ser incluído nessa trama.

Identificamos que, especialmente por seus documentos e produções teóricas, aqui entendidos como representantes do

seu discurso oficial, o MST pauta a formação de seu quadro militante nessa perspectiva que carrega as grandes narrativas, os grandes blocos de identidade, o engajamento e o reconhecimento de pertença a uma classe social, a um padrão cultural, a despeito de identificarmos, por outro lado, um conjunto de provocações feitas ao próprio movimento pela sua base social e por sua própria militância a essa tentativa de modelização dos seus integrantes. Um exemplo disso, identificado ao longo de nossa investigação, trata-se da presença de minorias sexuais - gays e travestis – no MST, fato que tem forçado o movimento a produzir uma discussão e um posicionamento sobre o tema.

A figura do militante Sem Terra insere-se no que Gaiger (1994) nomeia de práxis coletiva do MST. Tal práxis guia-se por princípios organizativos de contestação do modelo hegemônico de organização da sociedade capitalista, assim como aborda um tipo de militância que tece críticas a esse modelo, adotando práticas de “solidariedade, fidelidade e firmeza na luta” (Gaiger, 1994, p. 185), incorporando suas aspirações pessoais ao projeto maior demandado por seu grupo social.

Paiva (2003), a partir de uma investigação sobre a formação política de militantes do MST no estado do Rio Grande do Norte, identificou uma distinção

entre os integrantes do movimento conforme sua forma de inserção. Assim, denomina os militantes como: “Membros das coordenações dos setores, das direções estaduais e regionais. Dedicam grande parte do seu tempo às demandas do MST, encaminhando as decisões coletivas, participam dos mais variados cursos e encontros (...)” (Paiva, 2003, p. 81).

Um tipo de militante encontrado pela autora trata-se da figura do dirigente, que tem atuação diferenciada por participar em níveis de decisão e de direção de setores do movimento, seu envolvimento é total e sua formação política intensiva (Paiva, 2003).

Os militantes são, de acordo com Paiva (2003), os integrantes mais atingidos pelo trabalho de formação política uma vez que, através de tal formação, irão desempenhar as funções de organizar e multiplicar os princípios do MST à sua base social.

A construção de uma identidade bastante circunscrita encontra ressonância nesse ator social (o militante Sem Terra), fabricado num intenso e persistente trabalho de formação, talvez uma das mais destacadas formas de intervenção do MST junto aos seus participantes. Formação que se orienta pelo uso de categorias macroeconômicas nas análises de conjuntura que os militantes aprendem a efetuar, na preocupação de trabalhar com

uma ‘conscientização’ dos trabalhadores e trabalhadoras e num destaque para a organização social nos acampamentos e assentamentos por meio de “(...) práticas, estratégias prescritivas, subjetivantes em função de uma proposta de vida para seus moradores” (Silva, 2004, p. 276).

Dessa forma, a identidade se aproxima de uma concepção associada a um sujeito histórico e genérico.

Woodward (2004) comenta que o surgimento dos chamados novos movimentos sociais, especialmente na década de 1960, promoveram outra forma de entendimento da identidade, que passou a contemplar elementos de ordem cultural referentes a grupos que empreendem lutas específicas, a exemplo do movimento feminista, negro e de liberação sexual, problematizando, com isso, a classe social como categoria marcante de tratamento do tema.

Segundo a autora, esse deslocamento é conhecido por meio do uso da expressão “política de identidade” (Woodward, 2004) e que a mesma “concentra-se em afirmar a identidade cultural de pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um importante fator de mobilização política” (p. 34).

Contudo, a autora adverte para os riscos que a reivindicação de identidades

culturais pode gerar, especialmente em produzir essencialismos e, com isso, apagar a dimensão histórica de produção dessas mesmas identidades.

Refletindo esse aspecto, Guattari (Guattari & Rolnik, 1986) reconhece que há nos novos movimentos sociais uma tentativa de produção de modos de subjetividade “originais e singulares” ou “processos de singularização subjetiva” (p. 45). Isso quer dizer que esses grupos estão na posição de redimensionar as relações de força social, no sentido de promover novos arranjos e novas formas de existir que escapem a modelizações provenientes da máquina capitalista.

O autor também alerta para os perigos que a ideia de identidade pode conduzir. Assim, desconfia dos traços de reificação subjetiva e aponta a Identidade como um conceito referencial, que circunscreve modos de ser, sentir e agir a um quadro de referência identificável, como que congelando esses modos, colando o indivíduo a uma etiqueta.

Em oposição, destaca a singularidade como um conceito existencial, que faz alusão à maneira ímpar como nos relacionamos com os variados acontecimentos no campo da economia, política, artes, literatura etc.

O autor opõe aos traços identitários reivindicados por muitos movimentos sociais os processos transversais, que

assinalam as reivindicações desses grupos para além de suas demandas setoriais, gerando não só uma conexão com o conjunto maior da sociedade, como também possibilitando processos de singularização. Faz uso da ideia de ‘devir’ como a possibilidade que esses processos têm de manterem-se singulares ou não.

Desse modo, esta investigação teve por objetivo compor uma cartografia dos processos de produção de subjetividade junto a militantes políticos do MST, tomando o trabalho de formação política como agente participante dessa produção.

Notas Metodológicas Sobre a Investigação

Kastrup (2007) destaca que a cartografia tem por objetivo não levantar uma representação de um dado objeto, mas de acompanhar seu processo de produção. Nesse sentido, afirma: “a atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um ‘vamos ver o que está acontecendo’, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto” (Kastrup, 2007, p. 20).

A cartografia, como operador investigativo destaca, em linhas gerais, a possibilidade de registro da modificação da paisagem psicossocial (Rolnik, 1989) em função das afetações nela ocorridas,

especialmente pela vida que habita ou passa por essa paisagem (Mairesse, 2003). A essa paisagem estamos nos referindo ao MST enquanto regime de subjetivação na tentativa de produção de sua militância política.

Realizamos nossa cartografia a partir de dois recortes dessa paisagem: o curso de Pedagogia da Terra, coordenado pelo Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pelo MST estadual/RN, finalizado no ano de 2006 (sua primeira turma), na cidade de Ceará-Mirim e o X Encontro Regional de Educadores (as) do MST/Sertão pernambucano, em abril de 2006.

Em ambos os contextos, trabalhamos com o mesmo grupo de quatro participantes que, no primeiro caso, em paralelo à formação em pedagogia, participavam de cursos de formação política ministrados pelo MST e, no segundo caso, estavam na condição de coordenadores e organizadores do curso de formação de cerca de 90 educadores de áreas de assentamentos rurais do sertão pernambucano. Foram realizadas quatro entrevistas em profundidade, gravadas em áudio mediante autorização prévia dos participantes.

Realizamos, complementarmente, observações de campo em ambos os momentos que foram registradas em um diário. O trabalho com o

mesmo grupo de participantes em ambos os contextos permitiu-nos acompanhar um processo em que, num momento, os integrantes eram alvo da formação política e, em outro, eram coordenadores dessa ação.

O Processo de Formação Política da Militância do MST: Subjetivando Modos de Luta

Passaremos agora a apresentar e discutir o percurso de inserção dos participantes da investigação e de sua trajetória no movimento, bem como de seu processo de formação política, tanto em situações em que são alvo dessa formação, quanto quando são coordenadores desse processo. Nossa finalidade foi de acompanhar como vão se subjetivando e de que maneira contam desse processo de envolvimento, seja identificando e reconhecendo o surgimento de uma subjetivação militante, bem como dos estranhamentos por essa vivência provocados.

Pudemos identificar três principais formas de inserção dos integrantes do MST em nosso estudo. A primeira trata de pessoas que já eram moradores de alguns povoados rurais exercendo atividades como educadores e passaram a ser visitados por dirigentes do MST, na tentativa de organizar nessas localidades

processos de luta por terra, de modo que algumas das áreas próximas desses povoados se converteram em acampamentos e assentamentos, de onde saem muitas pessoas para o exercício da militância.

A segunda forma diz da ligação de alguns militantes com movimentos religiosos, especialmente grupos de jovens que, de algum modo, já conheciam a doutrina cristã ou tinham ligação com setores da Igreja (Pastorais). Tal doutrina, bem como a metodologia das pastorais, especialmente a da terra, tiveram uma forte influência na organização inicial do MST e nos seus princípios organizativos.

E, por último, educadores municipais concursados que eram deslocados para escolas rurais de assentamentos organizados pelo MST.

Paiva (2003) encontrou em sua investigação formas de ligação com o MST semelhantes: militantes que já tiveram experiência em outros movimentos sociais, pastorais e sindicatos e trabalhadores que participaram de ações de ocupação de terras.

Esse percurso de entrada no movimento foi narrado pelos militantes, em geral, como um divisor de águas em suas vidas, atua como uma espécie de “chamado” para se comprometerem com as ações de luta do movimento. Inicialmente foram tomados por um estranhamento dada

a natureza de desconhecimento em relação aos objetivos do movimento, bem como por estarem atravessados por uma visão do mesmo de acordo com a veiculação da mídia. Posteriormente, foram entrando em contato com o universo organizativo do MST, fato que foi reverberando nas subjetividades.

Em entrevista, L. (35 anos) comentou de seu choque inicial por ter de trabalhar num acampamento do MST e descreveu como foi, paulatinamente, sendo afetada pelos dilemas que marcaram a vida de seus moradores: condições de vida precárias, dificuldade com alimentação e ao indignar-se com tais condições, passa a dar legitimidade à luta empreendida pelo movimento:

“(…) E lá (no acampamento) tive a oportunidade de participar da convivência diária daquele povo, a questão das reuniões, as assembleias e aquilo assim... me fazia refletir muito: puxa, esse povo não é nada do que a mídia tá mostrando, eles tão aqui... é justa a luta deles, eles estão reivindicando apenas um pedaço de terra para trabalhar, pra viver dignos como seres humanos, aí, então, comecei a me apaixonar pela causa do Movimento Sem Terra.” (L, 35 anos, em entrevista no dia 21/04/2006, Pernambuco).

Embora num momento inicial situasse os membros do acampamento em termos de “aquele povo” ou “esse povo”,

portanto num lugar subjetivo diferenciado, seu envolvimento foi tomando formas mais aprimoradas e passou a nomear-se membro do movimento, a sentir-se ligada ao mundo de seus integrantes, a frequentar as suas mobilizações e grupos de estudo. Situou o MST como uma referência de vida e apontou sua “identidade de Sem Terra” forjada nas inúmeras experiências e vivências que descreveu como “fortes”.

Um dos aspectos que são unânimes nessa trajetória e que contaram fortemente para a continuidade dos entrevistados no MST foram as ações de enfrentamento que passaram a vivenciar. As vivências narradas são geralmente aquelas que designam ações de confronto, como ocupações de áreas improdutivas, “confiscos” ou saques de cargas de alimentos em rodovias e enfrentamento de forças policiais. Narraram como esses fenômenos foram decisivos em sua trajetória de militantes.

As primeiras participações nessas ações de confronto ou mobilizações foram destacadas como uma espécie de momento crítico. As narrativas produzidas pela maioria dos entrevistados apontam para o que poderíamos nomear de uma espécie de ‘conversão subjetiva’, pois é ali onde sua aspiração a militante, sua vivência com as diretrizes do movimento, sua disponibilidade para com a luta do grupo é posta à prova e esse momento, por

apresentar um caráter disruptivo, ao invocar do integrante uma modalidade subjetiva ainda não territorializada, reverberou por meio de intensidades não nomeadas, por afetos não subjetivados (Rolnik, 1989):

“Foi minha primeira experiência prática, assim... dentro do movimento, a participar de um despejo, onde a gente foi..., a gente saiu sem almoçar, sem nada, quando chegamos eram vários policiais, era o triplo de policial para um pequeno grupo de assentado que tava lá e a gente chegou para dar um apoio aos acampados que tava sendo despejados e assim ... foi uma experiência muito marcante porque nunca tinha participado de uma experiência tão marcante, porque assim ... aquilo me dava arrepio ver (...) E os policiais xingavam as pessoas sem ver e sem pra quê, com arma, cacetete. (J., 30 anos, em entrevista no dia 05/08/06, Pernambuco).

Numa situação parecida de confronto em função da ocupação de uma área por um grupo de trabalhadores sem-terra, no interior do Rio Grande do Norte, Lu, 53 anos, disse ter vivenciado esse momento com um grande temor, pois ainda não estava inteiramente decidida em relação à luta. Em suas palavras: “Eu não tava ainda com aquela vontade de dizer: ou ficar ou morrer” (Lu, 53 anos, em entrevista no dia 10/08/06, Rio Grande do Norte).

O enfrentamento com forças opostas, o ato de corte da cerca ou o corte do arame (como também é chamado o momento de ocupação de uma área) pareciam promover também um corte subjetivo e, por assim dizer, o arame arranhava as subjetividades, já que dessubjetiva e ressubjetiva os corpos, dando-lhes uma nova composição, que se descreve inicialmente em forma de medo, anseio ou indignação diante de uma vida que tenta se refazer pelas margens, não só das rodovias acampadas, mas do campo social e político.

A indignação, o desejo de produção de um projeto de vida diferente, a busca de saída de condições adversas, seja do militante, seja de seu grupo próximo e, posteriormente de todos os demais integrantes do movimento parecem se configurar, desde o início, uma das formas de sustentação da militância no próprio movimento.

Essa trajetória que incorpora nova composição subjetiva no movimento, no entanto, não inaugura uma ordem existencial estanque, alimentada exclusivamente pelos princípios do movimento, pois se as subjetividades encontram dispositivos vários de sua produção, não seria diferente no contexto da militância do MST. Por outro lado, consideramos pertinente apontar os acontecimentos que esse novo território

existencial traz consigo, já que promovem rotas dispersas da trajetória vivida pela militância anteriormente à sua inserção no movimento.

Quando indagados dessas rotas dispersas que a inserção no MST provocou em suas vidas, os participantes da investigação trouxeram histórias que os tornam diferentes em um conjunto de aspectos de seu cotidiano, aspectos que vão se aproximando, em alguns casos, de um ideal de militância:

Veja só: eu particularmente é... Eu acho que mudou o modo de enxergar o mundo, eu acho que mudou o modo de enxergar a vida familiar, o modo de respeitar o próximo como tal, como idéia, respeitar a idéia do outro e o outro também respeitar minha idéia também, né? Ou seja, Isso foram uma das ... foram as aprendizagens que mais me fortaleceu. Como ...como outras coisas também como por exemplo, é... eu primeiro pegava, chupava um bombom e jogava o papel né, é... eu começava a notar nessas coisas, jogava no meio da rua, jogava e num tava nem aí não, né? Hoje depois da minha inserção no movimento, eu hoje não tenho coragem de pegar um papel de bombom e jogar no meio da rua, fico preocupado, boto no bolso e fico esperando uma lata de lixo para depois eu colocar. Das primeiras coisas que eu começo a aprender que o movimento começa a trabalhar isso... essa consciência no ser humano, essa consciência nas pessoas, você pode ver a grandeza que o movimento tem. Vamos

dizer que tem as suas dificuldades, tem, porque nós somos lotados de preconceitos, de desvios de coisa e tal que o mundo capitalista, que essa sociedade capitalista impregna na gente e que isso não é assim, num ano, dois, três, cinco anos que isso vai despregnar da gente porque nós tamos inseridos nesse meio e esse meio faz parte do nosso processo né? Então acho que isso o movimento trabalha com delicadeza, trabalha com cuidado prá que todos os seus militantes, todos os seus assentados, acampados estejam enxergando isso com outro olhar, vendo isso com outro olhar (...) (J., 30 anos, em entrevista no dia 05/08/06, Pernambuco).

Lu, 53 anos, por sua vez conta como se sentia uma pessoa triste, sem força nos seus argumentos, com uma ânsia de liberdade em sua vida, mas que não conseguia pô-lo em marcha e disse ser justamente a vivência no movimento e com seus companheiros o elemento disparador ou potencializador de seus desejos de modo que se sentia confiante em poder comunicá-los e defendê-los.

No entanto, essas vivências, essas novas rotas precisam ser afirmadas e reafirmadas cotidianamente e a forma que acreditam assim ser possível é um processo constante de incorporação da 'alma militante'. Essa alma passa a ser talhada nos caminhos da formação política.

Paiva (2003) aponta que o tema da formação tem sido tratado pelos

movimentos sociais como um fator importante para a conquista da emancipação e liberdade humana, tornando os sujeitos construtores de sua história.

A autora encontra essa concepção no campo das esquerdas políticas e nas práticas pedagógicas, especialmente no século passado e cita duas correntes que tiveram forte influência nas lutas da esquerda brasileira: uma europeia, em que essa influência deu-se principalmente nas práticas educativas, na luta pelo acesso à educação de setores menos favorecidos, visando assim a sua tomada de consciência política. A outra corrente, resume a autora, trata-se do pensamento de Gramsci, pelo realce dado por esse autor ao lugar que a cultura e os intelectuais têm na emancipação das camadas populares, por meio da “construção de um bloco histórico, classes e grupos sociais interessados na mudança social” (Paiva, 2003, p. 56).

A formação da militância no MST segue, assim, linhas políticas circunscritas numa perspectiva denominada pelos dirigentes do movimento de marxista/socialista, com vistas a superar as contradições da sociedade capitalista marcada pela exclusão de um grande contingente da população. Bogo (2007) destaca que esse processo é materializado pelo reconhecimento da denominada luta de classes e pelo seu enfrentamento.

A composição da militância no MST foi por nós apreendida num duplo movimento: enquanto uma tentativa de produção do personagem ‘Sem Terra’ e, por outro lado, num movimento que aponta uma diversidade de acontecimentos que reconstruem esse personagem.

Na exposição desse processo, utilizaremos as observações feitas durante o X Encontro Regional de Educadores (as) do MST/Sertão (MST/Pernambuco) e alguns momentos de encontro com a turma do curso de Pedagogia da Terra. Trataremos também de algumas questões levantadas pelos participantes da investigação durante as entrevistas, onde reconstruem o seu processo de formação militante.

Num primeiro momento, ao associarmos a formação militante com a busca de uma subjetivação circunscrita no modelo Sem Terra, identificamos um conjunto de estratégias e práticas consolidadas pelo MST que visam inscrever no cotidiano de formação da militância um modelo de luta social definido por meio de uma lógica binária: classe social, burguês/explorado, dominante/dominado.

As inúmeras etapas de estudos, os cursos de formação que os militantes se envolvem visam promover essa concepção. Ademais, o modo de operacionalização dessas ações acompanha um conjunto de

elementos que se repetem em âmbito nacional. Por exemplo, o encontro regional de educadores em Pernambuco desenrolou-se dentro de uma ritualidade típica de outros eventos coordenados pelo movimento: um ambiente preparado com uma ornamentação que valorizada os símbolos do movimento (bandeiras, cartazes, sementes, faixas com palavras de ordem) para receber cerca de 90 educadores.

A abertura das atividades sempre era marcada por uma atividade inicial – a mística – que, nesse contexto, trazia como tema a luta pela educação, o canto do hino do MST, a abertura dos trabalhos pelos coordenadores locais do movimento, as orientações sobre o dia de trabalho e a divisão de tarefas, tanto entre os organizadores, quanto entre os participantes do evento. Essa divisão de tarefas implicava desde a arrumação e limpeza do espaço até os trabalhos de relatoria, de estudos e leituras. Também aconteciam reuniões de planejamento onde se avaliava o dia de trabalho e a preparação para o dia seguinte.

Aos participantes do encontro era orientada a divisão de grupos de trabalho, divisão essa que obedecia a localidade de origem dos educadores. Esses grupos eram denominados de brigadas e cada brigada foi identificada com o nome de alguma figura histórica para o movimento (Paulo

Freire, Rosa Luxemburgo, Chico Mendes etc.). Nos momentos de início das atividades, cada brigada construía uma palavra de ordem a ser dita na plenária, ou seja, na reunião de todas as brigadas (P.ex.: “Se o campo não planta, a cidade não come”).

Os temas de trabalho envolviam basicamente a formação do educador para o contexto dos assentamentos rurais, em que se refletia não só sobre uma adequação em relação ao calendário escolar com o contexto rural, mas uma adequação de conteúdo com os processos agrários, com uma concepção de educação pautada pela proposta pedagógica do MST. Essas discussões foram realizadas por integrantes do MST/Pernambuco e por professores universitários convidados.

Pelo exposto, foi perceptível como os dirigentes do movimento tentaram recompor naquele contexto a sua dimensão identitária, seja através do apelo à simbologia, à lógica de trabalho coletivo e de divisão de tarefas, à eleição de temas que, no campo da Educação, são diretrizes nacionais do movimento.

No evento em particular, contudo, alguns dos educadores não eram militantes e para outros era o primeiro contato formal com o MST. Grande parte desses educadores eram funcionários públicos municipais concursados que foram designados para os assentamentos. O

evento tinha justamente uma preocupação em inserir tais educadores na proposta pedagógica do movimento.

Assim sendo, o MST favorece um debate sobre a educação no campo, de modo a fazer minar um modelo tradicional e reproduzido nas escolas rurais completamente espelhado nas salas de aulas urbanas. Ademais, a própria concepção de espaço educativo ganha transposição e a sala de aula ou escola será um entre tantos outros ambientes de formação para o MST. Uma desterritorialização desses espaços se efetiva, na medida em que as praças, as marchas, as beiras de estrada, as agrovilas, as universidades públicas, as cooperativas agrícolas, os lotes dos assentados se configuram como territórios de veiculação da pedagogia do movimento.

A deflagração de um processo de subjetivação militante no contexto da Educação tornava-se bem visível nesse caso, uma vez que naquele evento de formação de educadores presentificava-se a busca de efetivação de uma proposta político-pedagógica em relação às demais existentes no campo da educação básica e ensino fundamental, já que as áreas de assentamento são regidas pela educação pública e, com isso, ligadas às diretrizes do Ministério da Educação.

A oficina de trabalho com um dirigente do MST apresentou um intuito

bem voltado para esse projeto, ao sugerir aos educadores que em suas reuniões com o poder público pudessem questionar a padronização do modelo escolar urbano para o contexto rural, que pudessem valorizar os conteúdos juntamente com as atividades simbólicas com as crianças, explorando a bandeira do movimento, criando palavras de ordem, organizando cirandas, cantando o hino do movimento.

Vimos um forte investimento dos coordenadores do Setor de Educação do MST no sentido de construir, para e com os participantes, um tipo educador-militante que teria ou deveria ter como prática levar para a escola rural uma proposta pedagógica que atendesse as especificidades do meio rural.

Esboçou-se aí um confronto entre territórios existenciais que norteavam as práticas pedagógicas desses educadores ao serem convocados a uma atuação profissional que, a nosso ver, implicaria numa espécie de conversão subjetiva, já que uma adesão voluntária, por exemplo, em explorar os aspectos simbólicos do movimento requereriam mais do que mera simpatia dos educadores com a sua linha pedagógica.

Em conversas informais com alguns desses educadores, especialmente nos momentos de intervalos, os mesmos afirmaram sentir-se confusos com a diversidade de orientações para sua prática

em sala de aula (ora vindas da Secretaria Municipal de Educação, ora vindas do Setor de Educação do MST).

Aqui se faz pertinente destacar o jogo de poder que se estabelece à medida que forças políticas “menores”, como as atividades cotidianas de uma sala de aula, são postas em confronto e convocam os educadores a se redefinirem enquanto sujeitos dessas práticas.

Esse momento trazia uma atuação bastante marcante do movimento que, dito anteriormente, parece ter participação especial nesse processo de formação militante: o uso de estratégias que convocam o plano do sensível, dos afetos dos indivíduos, podemos assim dizer, aspectos de natureza micropolítica. As místicas e sua forma metafórica de expressão, as falas dos educadores que já integram o movimento há muitos anos e os depoimentos de militantes que passaram por momentos críticos na luta davam testemunho de uma grande dedicação ao MST, dedicação essa que não se restringia ao plano individual, mas de todo um desejo de comunicá-la e expandi-la ao grupo. Esse aspecto é também bastante explorado na formação da militância: dar exemplo à base do movimento pelos comportamentos individuais do militante, servindo como uma espécie de espelho ou exemplo a ser seguido por sua base social.

Esses militantes têm uma penetração “decisiva” junto aos demais integrantes no momento em que fazem uso da fala. Uma fala que emociona, empolga, denuncia, chama a todos a uma missão revolucionária e que, no militante mesmo que a profere, mobiliza seu corpo em gestos contundentes e fortes, dando à sua voz um tom emocionado e exaltado.

O corpo, nessa experiência de falar com a voz do movimento e em movimento, comparece com uma potência que circunscreve uma modalidade identitária para esse mesmo militante. Cardoso Jr. (2003), lembra, a partir de Foucault, como as subjetividades podem ser tratadas a partir do corpo, já que é ele a forma mais imediata de relação do sujeito com o mundo, sendo esse corpo não meramente um organismo, mas enquanto uma experiência tanto de captura pelo poder quanto de uma experiência de transformação e de resistência de sua potência.

Percebemos, então, como uma série de expressões e modos de ação vão sendo tomados pelos indivíduos na composição de um arranjo subjetivo de característica identitária que se esboça no processo de formação militante.

Outro contexto por nós acessado em que um processo de formação militante se colocava em prática tratou-se da turma de Pedagogia da Terra, no Rio Grande do

Norte. O acompanhamento de tal experiência foi bastante significativo, uma vez que nela identificamos elementos fortes que envolviam a formação militante dos participantes do estudo, bem como a produção de tarefas e de uma forma de convívio pautada pelos princípios organizativos do MST. Esse modelo de convivência inspirado em princípios coletivistas não obstante era colocado em questão por integrantes do grupo, seja de forma aberta em reuniões ou em práticas cotidianas observadas e entrevistas realizadas.

O conjunto das tarefas apresentava como eixo comum um exercício desses princípios, sendo, em sua maioria, realizadas em mutirão, estando aí, a nosso ver, um importante momento do processo de formação dos integrantes no sentido de adoção do modelo de militância do MST. Por outro lado, a convivência com os demais integrantes, no desenrolar do cotidiano permitia conhecer outras dimensões dos seus colegas para além do aspecto identitário que os ligava.

O grupo, formado por 54 pessoas, apresentava uma heterogeneidade em vários aspectos: idade, religiosidade, tempo de participação no movimento, lugar e funções que nele ocupa, grau de apreensão de conhecimentos em geral (adquiridos com os estudos no movimento). Desse modo, era possível e

esperado que alguns pontos de tensão se estabelecessem no grupo, especialmente quando alguns comportamentos “desviavam” do esperado.

Esses desvios estavam ligados, basicamente, ao não cumprimento dos horários (tanto para as atividades em sala de aula, quanto de “escapadas noturnas” do centro de formação para a cidade) e das tarefas designadas pelo coletivo (limpeza da área, arrumação do refeitório, cumprimento das atividades acadêmicas realizadas em grupo), da crítica feita às pessoas fumantes etc.

Tais experiências iam produzindo marcos no processo de formação para alguns militantes, ao promover um confronto entre o modo como os integrantes tratavam essa dimensão coletiva e como a dinâmica interna do MST a fazia funcionar:

“A vivência coletiva, quer queira, quer não, é complicada né? O movimento defende o trabalho coletivo, defende a vivência coletiva, mas vamos ser sincero que é complicado porque cada um tem sua particularidade, seu individual, né? Mas que também é gostoso, é prazeroso viver em coletivo. De início, é um pouco doloroso, um pouco ‘machucante’, é um pouco... Se você não tem um autocontrole, entra em certas situações que podem te prejudicar, né? Durante esses anos, a gente começou a vivenciar esse processo, até então eu não tinha conhecimento de

vivência coletiva, só na família e tal. (...)
Se você se deixar, se você num for se fechar pra você, se abrir pras pessoas, pro coletivo, você começa a vivenciar isso como realmente é, e interessante e até então... Eu tou começando a ficar triste porque ta acabando o nosso curso (J., 30 anos, em entrevista no dia 05/08/06, Pernambuco).

A dimensão coletiva trouxe consigo uma série de conflitos para os integrantes nela inseridos, mas também inaugurou formas de encontro com a diversidade e com a diferença de modo importante. Tais encontros foram valorizados e provocaram seus participantes. Assim, algo se produziu para além do plano da consciência e do aspecto formal de defesa da coletividade.

Por outro lado, tais experimentações atingiram as sensibilidades, promovendo novos olhares sobre as diferenças culturais, regionais, pessoais, havendo uma valorização e uma luta para que fossem respeitadas. Uma expansão, por assim dizer, da subjetividade em direção ao comum, ao público. O próprio entrevistado acima destaca a importância de uma abertura para a experimentação do coletivo, ou seja, de uma valorização das coisas de ordem comum, em detrimento de um encapsulamento da subjetividade.

Os elementos apontados pelos entrevistados no tocante a uma emoção

conjunta, construída no encontro de diferentes e que situaram o objetivo desse encontro num empreendimento que ultrapassasse as individualidades, abriu espaço para forças de ordem singular, de um campo micropolítico, marcado pelas misturas, pelo “prazer de defender a vida” (G., 27 anos, em entrevista no dia 11/082006, Ceará).

Vimos, assim, a busca de atualização dessas vivências pelas quais os entrevistados passavam no curso de Pedagogia da Terra para o de formação de educadores, numa tentativa de reconstruir aquele cenário coletivo em outro espaço de formação, atestando, para o grupo entrevistado, a necessidade de construção ininterrupta de uma “alma militante”, que precisava ser alimentada e difundida nos espaços cotidianos de vivência de seus integrantes, como um apelo para que as práticas e princípios coletivos pudessem ganhar os espaços das salas de aula, das agrovilas e das casas, fazendo do sonho militante uma utopia ativa.

Considerações Finais

Podemos apontar que um processo de subjetivação em torno da militância do MST via formação compõe um conjunto de dispositivos, estratégias que nos seus territórios e espaços de atuação operam práticas e discursos de valorização de sua

unidade. Relações de poder se estabelecem no sentido de fazer exercer modalidades subjetivas consoantes com seu projeto político (Leite, 2003).

Compreendemos que o aspecto produtivo do poder e sua relação com a gestação de dada ordem subjetiva são elementos visíveis na composição do MST: a identidade que constrói para si enquanto movimento vai sendo diluída, pulverizada e atualizada em todo o seu corpo de integrantes, desde seus quadros até a base social, seja através das inúmeras ações coletivas realizadas pelo movimento, passando pelos cursos de formação, pelos estudos, pelos congressos, encontros locais, regionais e nacionais.

Podemos, portanto, sintetizar que o investimento na militância por meio dos processos de formação permite, coextensivamente, a criação de linhas de singularidade, fazendo mover e por em marcha a heterogeneidade que é peculiar ao movimento.

A nosso ver, nesse campo tenso entre o sonho identitário e de forças singulares que se redesenham, faz florescer uma força política importante e uma possibilidade de exercício de práticas sociais em seu modo libertário: a criação e a experimentação de modos de vida que não se envenenam no individualismo e no narcisismo que ameaçam o tecido social da paisagem contemporânea.

Referências

- Bogo, A. (2007). A formação de quadros: desafios e necessidades. In *Cadernos de Estudos da Escola Nacional Florestan Fernandes* (pp. 73-83). São Paulo: ENFF.
- Cardoso Jr., H. R. (2003). Para que serve uma Subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (3), 343-349.
- Chaves, C. A. (2000). *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Esmeraldo, G. G. L. (2004). *O MST sob o signo de uma economia subjetiva: O Assentamento José Lourenço*. Tese de doutorado não-publicada, UFCE, Fortaleza.
- Falkembach, E. M. F. (2006). *Socialização e Individuação: MST, uma estilística de resistência*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Gaiger, L. I. (1994). A Práxis coletiva dos Sem-Terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? *Cadernos de Sociologia*, (6), 111-203.
- Graziano da Silva, J. (1994). O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In J. P. Stédile (Org.), *A Questão Agrária Hoje* (pp. 137-143). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

- Guattari & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Hardt, M. (2000). A sociedade mundial de controle. In E. Alliez (Org.), Gilles Deleuze: uma vida filosófica (pp. 357 – 372). São Paulo: Ed. 34.
- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1) 15-22.
- Lacerda Júnior, F. & Guzzo, R. (2006). MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante. *Psicologia Política*, 6, (12), 289-335.
- Leite, J. F. (2003). *Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra*. Dissertação de mestrado não-publicada, UFRN, Natal, RN.
- Mairesse, D. (2003). Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In T. M. G. Fonseca e P. G. Kirst (Orgs.), *Cartografias e Devires: a construção do presente* (pp. 259-271). Porto Alegre: Editada da UFRGS.
- Manfroi, V. M. (1997). O sujeito militante: desejos e projetos. In D. Baptista (Org.), *Cidadania e Subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos* (pp. 265-290). São Paulo: Imaginário.
- Martins, J. S. (2000). *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp.
- Paiva, I. A. (2003). *Aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes do MST*. Tese de doutorado, USP, São Paulo.
- Prado, M. A. e Lara Júnior, N. L. (2003). Mística e a construção da identidade política entre os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil: um enfoque psicossociológico. *Revista eletrônica de Psicologia Política*, 1, (4).
- Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Silva, C. B. (2004). Relações de gênero e subjetividades no devir MST. In *Estudos Feministas*, 12 (1), 269-287.
- Vinadé, T. F. e Guareschi, P. A. (2007). Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. *Psicologia e Sociedade*, 19 (3), 68-75.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.
-

Jáder Ferreira Leite - Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, Natal,
RN, Brasil. Endereço eletrônico:
jaderfleite@gmail.com.

RN, Brasil / Pesquisadora CNPQ.
Endereço eletrônico:
mgdimenstein@gmail.com.

Magda Dimenstein - Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, Natal,